



**ACÓRDÃO Nº632/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 12504/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundação Hospital Adriano Jorge – FHAJ.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Ayllon Menezes de Oliveira (Ordenador de Despesa), Christianny Costa Sena (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAJ.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3992/2021-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Quitação. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Christianny Costa Sena**, responsável pela Fundação Hospital Adriano Jorge, exercício 2019, no período de 01/01 a 23/09/2019;
- 10.2. **Aplicar multa à Sra. Christianny Costa Sena**, no valor de **R\$4.000,00** (quatro mil reais), com fundamento no art. 54, VII, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VII, do RI-TCE/AM, em razão das impropriedades consideradas não sanadas no bojo da Proposta de Voto. que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei



**ACÓRDÃO Nº632/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas do Sr. Ayllon Menezes de Oliveira**, responsável pela Fundação Hospital Adriano Jorge, no curso do período de 24/09 a 31/12/2019;
- 10.4. Dar quitação ao Sr. Ayllon Menezes de Oliveira**, nos termos dos arts. 24 e 72, inciso II, ambos da Lei nº 2423/1996, c/c o art. 189, inciso II, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;
- 10.5. Determinar à Origem que:**
- 10.5.1.** Adote as providências necessárias à realização de concurso público a fim de preencher a necessidade de profissionais no quadro da Fundação Adriano Jorge;
- 10.5.2.** Diligencie junto à SUSAM, a fim de regularizar as questões orçamentárias e contratuais, obedecendo as disposições da Lei nº8.666/93, com a ressalva de que a permanência de vínculos precários na FHAJ deve ser evitada;
- 10.5.3.** Procure realizar uma previsão dos percalços que podem acometer o bom andamento dos serviços prestados pelos órgãos da saúde, evitando, conseqüentemente, a fragmentação de despesas cuja prática não é aprovada pelo legislador federal;
- 10.5.4.** Observe com mais rigor as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993;
- 10.6. Determinar à próxima Comissão a realizar inspeção na Fundação Hospitalar Adriano Jorge – FHAJ** que acompanhe os trâmites relativos ao concurso público que deu azo à Portaria encaminhada à fl. 2596



**ACÓRDÃO Nº632/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

do autos;

**10.7. Dar ciência** aos Responsáveis, **Sra. Christianny Costa Sena e Sr. Ayllon Menezes de Oliveira**, sobre o deslinde do feito.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de maio de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ári Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral, em substituição